

FOTOS: ADAUTO CRUZ



Antes de chegar ao Congresso, a PM impediu a passeata dos lojistas na Esplanada



Para não perder o freguês, a alternativa era apelar para a portinhola

Locaute paralisa 80% de todo comércio

Empresários de Taguatinga consideram movimento vitorioso. Lojas reabrem hoje

CELSO FONTÃO JR.
Da Editoria de Cidade

Por uma redução das taxas de juros, pelo fim da cobrança das taxas de serviço bancário e a concessão de créditos especiais às pequenas e médias empresas, 80 por cento do comércio e indústria de Taguatinga paralisaram suas atividades ontem. Se a adesão ao locaute foi maciça, a participação de empresários e comerciantes na manifestação pública em frente à Praça do Relógio, seguida pela ida em caravana até o Palácio do Planalto, promovida pela Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, não chegou a 10 por cento do universo produtivo (comércio/indústria) avaliado em oito mil unidades.

Segundo a ACIT, estas oito mil unidades dividem-se em seis mil comerciais e duas mil industriais — pequenas metalúrgicas, madeleiras, produtos alimentícios e móveis. A Rua do Comércio, que abriga 80 por cento das unidades produtivas do ramo, confirmava os dados da associação. Somente grandes lojas de eletrodomésticos, confecções e os supermercados, além de poucos pequenos comerciantes locais, mantinham suas portas abertas. Mesmo assim, a manifestação prevista para as 9h na Praça do Relógio teve seu início retardado para que o diretor social da ACIT, Jesus Bartelli, percorresse algumas ruas convencendo os comerciantes que se mostravam reticentes.

Transferida para a calçada em frente à agência do BRB, a manifestação reuniu aproximadamente 200 pessoas. Na carroceria de um caminhão sonorizado, seguiram-se discursos de comerciantes, alguns mostrando repentes de retórica. "Eis que um ano após, as forças defensoras da especulação financeira ameaçam novamente derrotar as forças produtivas". O texto do manifesto da ACIT ao Presidente da República, ministros da área econômica, presidente do Congresso Nacional, do Banco Central e população em geral servia de apoio para alguns oradores. Por volta das 11h30, pouco antes da ida ao Palácio do Planalto, ele foi lido na íntegra pelo presidente da entidade, Agostinho de Oliveira dos Santos.

Eufórico, o introvertido presidente já considerava o movimento um sucesso: "Percorri as ruas e posso dizer que 98 por cento do comércio de Taguatinga estão parados. O mesmo acontece no setor industrial". Por chegar em meio à manifestação, conduzida por Jesus Bartelli, Agostinho presenciou a atuação de Nivaldo Malta, que colheu dividendos da manifestação para o Movimento da União dos Comerciantes (MUC), entidade fundada em 83 e por ele presidida.

Em meio aos pronunciamentos, os comerciantes falavam das suas dificuldades. Osvaldo Pontes de Carvalho, proprietário da Moura Móveis (seis lojas) afirmou que teve de demitir 20 funcionários em janeiro: "Emprego 146 funcionários, mas já demiti 20. O auge das vendas foi em maio e junho, quando crescemos 40 por cento. Agora, as vendas estão abaixo do normal em 50 por cento". Os juros, tanto para as compras como para as vendas, são os que mais oneram o pequeno empresário, segundo Solon Rodri-

gues Leite, da Kelly Calçados, que emprega 42 funcionários: "Não podemos comprar mais a prazo e nem o cliente está disposto a pagar altos juros no crediário".

Para Solon, a solução do problema dos juros tem que ser imediata: "O ministro Furlan disse que as taxas irão baixar, mas gradativamente. Isso para nós não basta. Têm empresas que não suportarão até a metade do próximo mês". Porém, o presidente da ACIT lembrou que "até agora poucas empresas fecharam".

FRUSTRAÇÃO

A euforia pelo sucesso total da paralisação e parcial da manifestação pública começou a diminuir quando os planos da entrega do documento no Palácio do Planalto foram atropelados. Através do major Andrade, os dirigentes do movimento foram informados que a Secretaria de Segurança Pública determinou que a caravana, aconselhada a reduzir o roteiro de sua peregrinação, não passaria da Rodoviária e que o documento teria que ser entregue por uma comissão. Colocado em votação, o acatamento desta determinação foi rejeitado. Assim, formada a caravana, seguiu o cortejo pela Rua do Comércio, Estrada-Parque, Eixo Monumental, Rodoviária e Esplanada.

Na altura da Catedral, uma barreira formada por duas viaturas da PM e cerca de 10 soldados interceptou a caravana de aproximadamente 100 automóveis. Pouco depois, num carro da Secretaria de Segurança Pública, o major Andrade disse que a determinação deveria ser respeitada. A pressão dos comerciantes, o sufoco no trânsito, e a estratégia da polícia permitiram a passagem dos carros após 10 minutos de uma tumultuada negociação. Só em frente ao Ministério das Relações Exteriores é que a caravana foi efetivamente impedida de prosseguir.

Seguiram-se novas tentativas de diálogo. A esta altura, com ânimos mais exaltados. Diante da barreira reforçada por mais uma viatura e 10 soldados, a comissão foi formada. Bandeira do Brasil em punho, o presidente do MUC ditava o ritmo da caminhada dos seis integrantes da comissão, composta pelo presidente e diretor social da ACIT, mais três comerciantes. Já eram aproximadamente 13h quando ela chegou ao Palácio do Planalto. Ali, a frustração final: o chefe da segurança do Palácio informou que o expediente seria retomado às 14h. E mais: que a comissão deveria aguardar na Praça dos Três Poderes.

14h30. Um assessor do Gabinete Civil, onde os manifestantes entregariam o documento, informa que "todos da casa estavam numa reunião e que não poderiam receber ninguém", como contou o presidente da ACIT. Segundo ele, "o documento ainda será entregue pelo menos ao presidente do Banco Central e representantes do Congresso. Surpreendentemente compreensivo em relação aos motivos alegados pelo Gabinete Civil para não receber a comissão, Agostinho preferiu ressaltar o "sucesso do movimento e a certeza de que a categoria está unida". Confirmou, também, que hoje tudo volta ao normal em Taguatinga e que uma reunião de diretoria decidirá quando e como o manifesto será entregue.

Ficar fechado dá lucro

Falando sobre possíveis prejuízos dos comerciantes, Jesus Bartelli afirmou: "Acho até que teremos lucros, pois não pagaremos luz, água e telefone. Do jeito que as coisas andam, ficar fechado dá menos prejuízo". Exageros à parte, as palavras de Bartelli ecoam no fato de que o consumidor praticamente nem sentiu os efeitos da paralisação. Em frente às lojas ninguém foi visto reclamando por não poder comprar. A abertura do comércio de base — supermercados, açougues, padarias e farmácias — mostrou que o segmento que atua na venda de eletrodomésticos, roupas, calçados, jóias e bens "superfluos" é o que vem tendo maiores prejuízos entre os comerciantes.

Entre as farmácias, quem cerrou as portas deixou uma fresta para o atendimento. E o caso de José Aparecido Guimarães, da Drogaria Nacional, na CNB 1: "Eu não posso fechar,

mas estou protestando. No meu ramo, além da carência de medicamentos, não temos nem mais os prazos para pagamentos. Antes comprávamos a 30 ou 45 dias. Agora, os fornecedores nos dão no máximo sete. A nossa margem de lucro bruto, que é de 26 por cento, é superada pelas taxas de juros para pagamentos a prazo e empréstimos bancários".

Quem trabalha com crediário também protestou deixando uma fresta para o pagamento das prestações. Na Gent's Moda (CNB 2), o vendedor informou que apenas o crediário funcionava: "Vamos ficar com uma porta aberta até mais ou menos 10 horas. Depois fecharemos. É a ordem que recebemos". Na rua, o protesto dos comerciantes foi ignorado pelo consumidor: "Comprei pão, leite e até carne. O meu dia não foi alterado", afirmou Enio Perez de Oliveira, morador de Taguatinga há cinco anos.

LUIZ MARQUES